

Mais crianças são vacinadas contra a meningite graças aos Fiscais de Santos



Dando continuidade à vacinação de crianças carentes contra a meningite tipo C, a mais letal das inflamações das meninges, os Auditores-Fiscais de Santos subsidiaram, no último dia 18 de julho, a imunização de crianças moradoras da região de Areia Branca/Mercadão. Em dezembro do ano passado, aproximadamente 40 crianças moradoras de São Vicente já haviam recebido a vacina, graças ao generoso gesto de diversos colegas.

Questionadas, durante a vacinação, sobre o que diriam aos Auditores-Fiscais de Santos, as mães, Raquel Lucena, Rosângela Aparecida e Leidiane Silva, declaram: "Muito obrigada a cada um dos Fiscais. Essa ajuda foi muito importante para a gente. Seria muito difícil, ainda mais para quem tem dois ou três filhos, pagar a vacina sozinho. Que vocês possam continuar ajudando, porque isso hoje é uma atitude rara, e nós jamais esqueceremos a mão que nos ajudou".

A exemplo do que ocorreu no ano passado, os pais das crianças pagaram uma parte do preço da vacina e os Fiscais de Santos, o restante.

A ação ocorrida em uma clínica de Santos foi atentamente acompanhada pelo colega e diretor de Finanças da DS/Santos, José Hilário Nunes Costa.

Com mais esta iniciativa os Auditores-Fiscais de Santos mostram que, além de cumprir o seu papel de arrecadar para ajudar a manter o Estado, garantindo o bem-estar social, atuam em nossa localidade para ajudar a melhorar a difícil realidade de muitas pessoas, o que, como consequência, vem redundando em uma positividade gradual e sistemática da imagem de nossa Classe.



A compaixão não é exclusividade da religião... ela pode ser institucional!



Há um ano, a doação de recursos feita por colegas na Festa Benemerita de Posse das novas diretorias e outras comemorações permitiu à associação e à DS/Santos alavancarem a Campanha Solidariedade, conferindo a ela o objetivo de ajudar a posicionar a imagem da Classe dos Auditores junto à sociedade, por meio de ações beneméritas pontuais com maior possibilidade de ganhar visibilidade na imprensa.

Ao todo, 12 instituições e comunidades foram beneficiadas neste período, a partir do atendimento dos Fiscais de Santos ao convite para que permitisse a transformação da compaixão em ações institucionalizadas pela associação da Classe. Veja a lista completa no final da matéria.

Na Festa Italiana ocorrida no dia 15 de agosto, a benemerência dos colegas foi, mais uma vez, expressiva, merecendo da associação e da DS reiterados agradecimentos pelo voto de confiança depositado de que reverteremos os recursos em ações de compaixão, afinal, se cada instituição além de cumprir o seu papel de Estado praticar tais atos, certamente obter-se-á um maior reconhecimento da opinião pública, contribuindo ainda para diminuir algumas mazelas sociais.

Entidades e comunidades beneficiadas pelos gestos de benemerência dos Fiscais de Santos neste um ano:

- Prato de Sopa, Sociedade São Vicente de Paulo, Casa da Esperança, Famílias da Zona Noroeste, Lar Fraternidade, Lar São Francisco de Assis, Casa Vó Benedita, Grupo Coração Feliz, Vítimas de incêndio na Zona Noroeste, Vítimas de enchente em Peruíbe, Vacinação contra Meningite a crianças de Santos e de São Vicente.

Auditora-Fiscal Lina Vieira assume direção da RFB

A Diretoria da DS/Santos, a exemplo do que fizeram outras DSs, parabenizou e deu boas-vindas à nova secretária da Receita Federal, Lina Maria Vieira, nomeada em 31 de julho, em mensagem encaminhada à Diretoria Executiva Nacional, que está disponível em nossa página www.unafiscosantos.org.br.

No documento, a DS/Santos exaltou a iniciativa do ministro da Fazenda, Guido Mantega, de indicar para ocupar a direção do órgão uma colega de carreira, que a propósito tem 30 anos de casa, e que teve o seu nome indicado em lista triplíce, organizada pelo Unafisco Sindical no ano passado: "A indicação de uma AFRFB, para ocupar o mais alto posto no órgão, valoriza o Auditor-Fiscal e vai ao encontro de nossos anseios já demonstrados em nossa proposta de Lei Orgânica que, fruto da maturidade da Classe, ao decidir quem deva ser nomeado para o comando do órgão, prevê o processo da lista triplíce. Com isso, são estabelecidas as bases para uma maior democracia interna na instituição, de modo a fortalecer ainda mais a Receita Federal do Brasil."

A DS ainda fez votos de que a nova secretária tenha sucesso frente ao órgão e declarou esperar que sua gestão seja "pautada pelo compromisso em defender um Fisco Forte, autônomo, independente e efetivamente promotor de justiça fiscal no País", finalizando o documento com um agradecimento ao ex-secretário e AFRFB Jorge Rachid, "pelo apoio oferecido", desejando-lhe sorte nos próximos desafios.

Em carta ao corpo funcional do órgão, Lina Vieira solicitou o apoio de todos no sentido de preparar a Receita Federal "para as mudanças de paradigmas, dando a resposta tradicionalmente tempestiva e eficiente que a sociedade requer".

Aberto o debate sobre a Representação Parlamentar em outras localidades

Desde o final do ano passado, as diretorias da DS/Santos e Unafisco de Santos começaram a debater a ideia de a Classe dos Auditores-Fiscais ter o que se convencionou chamar de representação parlamentar genuína, isto é, ter colegas Auditores-Fiscais indicados para concorrer ao pleito na Câmara dos Deputados, já nas próximas eleições, inteiramente comprometidos em defender as reivindicações da Classe e o Estado Brasileiro.

Como os colegas mais antigos sabem, a ideia não é exatamente nova na Classe. Historicamente, diversos AFRFB vêm tentando se eleger a cargos eletivos de forma individual, muitas vezes sendo questionados a respeito do compromisso e da participação da Classe no processo. Certamente, o risco de defesa de interesses pessoais ou de grupos aumenta à medida que menor seja a participação do conjunto da Classe na campanha e na escolha do Auditor candidato e, talvez, por isso, até hoje, é fato que a Classe dos Auditores não tem uma Representação Parlamentar genuína.

Para buscar resolver este problema, na tese que pretendemos inscrever no próximo Congresso Nacional dos Auditores-Fiscais da RFB, o CONAF 2008, o presidente da DS/Santos, Wellington Clemente Feijó, propõe que a indicação de Auditores-Fiscais para nos representar no Legislativo permita a participação de toda a Classe, conferindo maior legitimidade ao processo, aumentando, desta forma, o compromisso dos candidatos indicados pela categoria.

A fim de estender o debate, lideranças santistas estiveram reunidas com a Unafisco Associação, em São Paulo e com a Unafisco Associação do Paraná. O pré-projeto também já foi disponibilizado aos presidentes das Delegacias Sindicais, durante realização de CDS, debatido com colegas de Manaus, com os próprios AFRFB de Santos e, mais recentemente, com diversas lideranças presentes no Seminário da LOF, em São Paulo. Em todas as ocasiões, muitos Auditores mostraram-se dispostos a participar da elaboração e viabilização do projeto de representação parlamentar para a Classe.

Debate nacional

Desde julho, o pré-projeto da tese de representação parlamentar esteve disponível na página (www.unafiscosantos.org.br) para que os filiados pudessem colaborar com sugestões ao texto e graças à colaboração de diversos colegas, o texto chegou a sua terceira versão. Em 21 de agosto, como evento do Dia Nacional de Protesto Unificado, realizou-se uma Assembléia Local para debater as teses que os Auditores de Santos pretendem apresentar ao CONAF, oportunidade em que a ideia da Representação Parlamentar foi minuciosamente analisada pelos colegas presentes, os quais aprovaram, ainda, que o debate se estendesse aos AFRFB de diferentes partes do Brasil que estariam em São Paulo na última semana de agosto, em razão de eventos sindicais.

Agora, a tese e a alteração estatutária que a integra serão objeto de deliberação em Assembléia do CONAF 2008, que ocorrerá nacionalmente de 1º a 3 de outubro. Participe!

Um depoimento, um pedido



Depois de afirmar que tinha honra em representar os Fiscais no Congresso Nacional, o deputado federal João Dado declarou aos AFRFB presentes no Seminário da LOF, realizado em 25 de agosto, em São Paulo: "Peço ajuda de vocês: elejam Auditores-Fiscais para deputado federal. Se tivéssemos mais dez parlamentares teríamos outro cenário e o Estado brasileiro estaria melhor atendido. Sei que vocês do Unafisco estão debatendo esta questão da representação parlamentar. É isto mesmo: programem-se, planejem-se, para eleger onde for mais fácil, defendendo os interesses da Classe e do Estado. Há estados em que são necessários 10, 20 mil votos, para fazer um deputado federal. Sei que vocês se perguntarão daqui há algum tempo: "por que não fizemos isso antes"? O que falta é decisão".

Em virtude das discussões sobre a unificação das entidades representativas na Plenária Nacional Conjunta realizada nos dias 28 e 29/08, em São Paulo, o presidente da DS/Santos declarou aos mais de 350 Auditores presentes: "Espero que neste contexto de união de forças, de esforços, de inteligência e de estratégia, motivado pela unificação das representações sindicais, tenhamos a sabedoria necessária para construir um Sindicato que também permita à Classe atuar legitimamente no campo político, de modo que aumente a nossa correlação de força com o Executivo, estabelecendo-se as bases para que construamos um patrimônio efetivo de longo prazo, atuando legitimamente na dinâmica a que o Estado Democrático de Direito nos impõe, sob o risco de ficarmos isolados no atual sistema de governo vigente no país", defendeu. Basta agora à Classe saber construir, no presente, o seu futuro. Vamos à luta!

Jornal do Auditor Fiscal de Santos

Na agenda de luta da Classe, a Lei Orgânica do Fisco (LOF) figura agora como primeiro item de pauta. Passada a Campanha Salarial, que culminou com o alcance de grande parte de reivindicações, algumas delas históricas, os Auditores-Fiscais têm neste momento o desafio de atuar no Congresso Nacional e para que a Administração da Receita Federal contemple em sua versão de Lei Orgânica do Fisco, elaborada no âmbito do Propeçosas, os verdadeiros princípios que devem nortear uma LOF que se pretenda ser a espinha dorsal da instituição e a garantia de um Fisco forte e autônomo para o Estado.

Nesta edição, convidamos o presidente da Associação Nacional dos Membros do Ministério Público (Conamp), José Carlos Coszeno, para contar a sua experiência e de seus pares na elaboração e implementação da Lei Orgânica do Ministério Público, a LOMP, que em 2008 completou 15 anos, fixando um norte seguro para o órgão e para os seus membros desenvolverem-se em prol da sociedade.

Também trazemos a cobertura do Seminário da LOF, em São Paulo, a partir do qual a Classe vislumbrou o cenário futuro para si e para a instituição sob os princípios da autonomia, independência funcional, democracia interna, inamovibilidade, entre outros, típicos de Autoridades de Estado.

E para lutar pela vigência da LOF para os Auditores-Fiscais, entre outros pleitos, Santos amplia o debate sobre a construção de um patrimônio político que aumente a correlação de forças da Classe junto ao Legislativo e, conseqüentemente, junto ao próprio Executivo, tratando da ideia de representação parlamentar com diversos colegas de diferentes localidades.

Sob os ventos da mudança, os quais trouxeram para a direção da RFB a Auditora-Fiscal Lina Vieira, e que nos convida a agilizar o processo de unificação da representação sindical dos AFRFB, vamos construindo, no presente, as bases para um futuro ainda melhor, sendo fundamental a participação de todos.

Boa leitura!

Campanha Salarial

Publicada a Medida Provisória que traz o subsídio e a paridade e melhora o fosso salarial.

pág 2 e 3

Lei Orgânica do Fisco

Seminário lança um olhar sobre o futuro da Classe e do Fisco com advento da LOF.

pág 4

Festa Italiana

Mais de 260 convidados celebraram a união da Classe e um ano de gestão.

pág 4

Entrevista: José Carlos Cosenzo, presidente da Conamp, Associação Nacional dos Membros do Ministério Público

JAFS — A Lei Orgânica do Ministério Público completou 15 anos em 2008. O que ela representa para os Promotores e Procuradores de Justiça que integram a instituição?

Cosenzo — Consideramos a Lei Orgânica do MP, LOMP, Lei Ordinária nº 8.625, a espinha dorsal da instituição. Ela regulamenta a forma de atuar, direitos e deveres dos membros do órgão, impede despotismo, arbitrariedades e hierarquização da autoridade dos Procuradores e Promotores. Se ela é a espinha dorsal, dá para imaginar o que seria um órgão invertebrado.

JAFS — Como a classe participou da elaboração e implementação da Lei Orgânica do Ministério Público?

Cosenzo — Participamos ativamente da Assembleia Constituinte, em 1986, e foi neste processo que conseguimos com que a carreira tivesse um Ministério Público sem similar no mundo. Em um estudo visando fazer um comparativo institucional, verificamos que nenhum outro Ministério Público no mundo faz o que fazemos. Temos múltiplas funções e isso é fruto de algo bastante singelo. Em 1985, realizamos uma pesquisa interna perguntando ao procurador e promotor como queriam a sua instituição. Em um congresso interno, no mesmo ano, fizemos uma proposta de trabalho a partir das respostas. Acreditávamos que se a Carta Constituinte tivesse todos os nossos direitos, resolveríamos grandes problemas do Brasil. Nessa proposta de trabalho dizíamos que nosso desejo era defender as crianças, os idosos, o meio ambiente e o patrimônio público, enfim, todos os interesses difusos e coletivos. O doutor Ulysses Guimarães nos auxiliou bastante. Contudo, a Lei Orgânica prevista na Constituição de 1988 foi promulgada somente em 1993, pelo então presidente Itamar Franco, em Minas Gerais, com muito esforço e engajamento de todos os membros do Ministério Público.

JAFS — Mas naquela época vocês não conseguiram tudo. Nos Estados, por exemplo, os Ministérios Públicos vêm defendendo uma mudança no sentido de que haja eleição direta para Procurador-Geral de Justiça.

Cosenzo — Nós todos queremos a eleição direta. Esta é uma bandeira nossa. Temos inclusive várias PECS (propostas de emenda à Constituição Federal) que durante a discussão da Reforma do Judiciário acabaram sendo afastadas e agora estão dormitando no Congresso Nacional no sentido de mudar a eleição interna para direta.

De acordo com a Constituição e a LOMP, o Procurador-Geral da República é nomeado pelo Presidente da República, não há eleição direta. Já nos Estados, Distrito Federal, no Ministério Público do Trabalho e Ministério Público Militar há

hoje a lista tríplice, na qual fica facultado ao governador decidir quem nomeará entre os três mais votados na eleição. Incluir isto na LOMP foi um grande avanço. Antes, o Procurador-Geral era nomeado pelo governador, ou melhor dizendo, pelo presidente de Estado, que podia escolher inclusive pessoas de fora da carreira. Primeiramente, com uma luta intensa, defendemos que o escolhido fosse bacharel em Direito. Depois, passaram a ser nomeados desembargadores. Defendemos que o nomeado fosse membro da Carreira e, posteriormente, que fosse do colegiado de Procuradores. Tudo veio em um crescendo. Nosso sonho, desde o início, era que a carreira votasse em uma eleição direta, mas não há prerrogativa maior para o governador do que decidir quem vai fiscalizá-lo e, em 1988, mudar isso seria utopia. Em uma guerra, às vezes é preciso recuar para tomar distância a fim de dar um salto maior.

JAFS — Qual a motivação dos membros do Ministério Público para buscarem esta mudança na LOMP?

Cosenzo — Para nós da CONAMP, o Procurador-Geral escolhido e que não é o mais votado na lista tríplice tem a legalidade, mas não tem a legitimidade. Como se vai ter certeza absoluta de que as decisões dele serão independentes? Por que deixar o Executivo escolher quem vai fiscalizá-lo? Esta é uma discussão política de intensa relevância para os membros do Ministério Público.

JAFS - A Constituição Federal estabelece que o Ministério Público é essencial à função jurisdicional do Estado e a Administração Tributária, por sua vez, essencial ao funcionamento do Estado. Qual a importância da autonomia e independência funcional para que o Ministério Público, por intermédio dos Procuradores e Promotores, e a Administração Tributária, por meio dos Auditores-Fiscais, possam exercer suas funções?

Cosenzo — Só tem uma forma de conferir a capacidade de o agente político fazer um trabalho rigorosamente justo: dotá-lo de independência. E para isso é essencial garantir prerrogativas como inamovibilidade e irredutibilidade, principalmente a um Auditor-Fiscal da Receita Federal. Eu, como procurador, cidadão e fiscal de um regime democrático, acho importante que o Auditor-Fiscal tenha essas prerrogativas integrais de modo a não sofrer interferências externas e também formas democráticas de acesso a cargos de direção, como a lista tríplice.

JAFS — O que o senhor considera importante no sentido de envolver uma Classe como a dos Auditores na luta para que seja aprovada uma Lei Orgânica do Fisco que atenda fielmente aos interesses de Estado?

Cosenzo — Aqui no Ministério Público estamos em vôo estabilizado porque já temos nossa LOMP, mas sempre trabalhamos mostrando aos membros do MP a cada minuto que se “você não valorizar e preservar o que a Lei Orgânica garante, nós podemos perdê-la”. Trabalhamos a conscientização de que todo o trabalho deles está pautado na LOMP. A luta sindical é essa: construir uma carreira, mostrando inclusive aos seus membros o fruto de seu trabalho para que sintam satisfação em ver o que a sua atividade produz, no caso dos Auditores, em última análise, produz bem sociais e são de extrema importância para o desenvolvimento do país. Mostrar também que são agentes políticos porque têm em si a força para transformar a realidade, buscando reverter a visão burocratizada que às vezes possam conceber.

- amenização do fosso salarial;
- reabertura do canal de diálogo com o governo e com a RFB, anteriormente fechado, por meio do estabelecimento de uma mesa de negociação.

Deixou de ser contemplado pelo Governo, em sua plenitude:

- solução para o problema do fosso.

E, ainda, o Governo inseriu na MP, unilateralmente, entre outros pontos: regras do Sistema de Desenvolvimento na Carreira (Sidec), as quais desconsideram o tempo de serviço para fins de progressão e promoção e regula quase inteiramente, sem que tenha sido acordado, os critérios para promoção, entretanto, tais regras foram estendidas a outras Classes contidas na MP, não apenas à nossa, demonstrando se tratar de uma política de governo.

Considerando a conjuntura posta, sindicalmente fechamos o melhor acordo possível com o Executivo, depois de 10 meses de negociação, 54 dias de forte mobilização com greve e na ausência de um patrimônio negocial efetivo da Classe. Quem rompeu o acordo e desonrou a própria palavra foi o Governo, que colherá o ônus político de sua decisão.

Agora, luta é no campo político - o Unafisco Sindical já iniciou o trabalho no Congresso Nacional, apresentando emendas à MP 440, e contando com o apoio de diversos parlamentares que intermediaram o acordo da Classe com o Governo em junho deste ano. Como praticamente ocorre sempre ao término de uma Campanha Salarial, teremos de sair às pressas para buscar reverter no campo político o que não conseguimos na esfera do Executivo. Tendo em vista que esta tem sido a praxis, precisamos urgentemente prepararmos-nos de forma estratégica, criando um patrimônio político de longo prazo, que nos possibilite atuar na esfera política de forma a aumentar, via Legislativo, a correlação de forças com o Governo. Leia mais sobre esse tema na página 5.

Lei Orgânica do Fisco (LOF) Seminário lança um olhar sobre o futuro

O Auditor-Fiscal da República com autonomia e independência funcional para fazer cumprir a legislação tributária. A Receita Federal do Brasil com democracia interna, capaz de dotar os seus membros, autoridades tributárias, das condições ideais para executar com excelência as suas atividades, promovendo a justiça fiscal. Este é o futuro cenário que a Classe dos Auditores-Fiscais vem buscando encontrar a partir da vigência da Lei Orgânica do Fisco (LOF) aprovada e defendida pela categoria e que foi debatido nas discussões provocadas pelo “Seminário da LOF: a importância da Autoridade Fiscal para o Estado”, evento realizado no dia 25 de agosto, na capital paulista, pela DS/São Paulo, Sindifisp-SP, Unafisco Associação e Apafisp.

O evento reuniu diversos magistrados, que já têm uma lei orgânica desde a década de 60, os deputados federais Arnaldo Faria de Sá e João Eduardo Dado, e o “gerente” do Propessoas, Marcos Mello, para debater com a Classe “os contornos que uma Autoridade Fiscal deve ter no Estado Brasileiro”, conforme destacou o presidente da DS/SP, Luiz Fuchs, na abertura do evento.

Ao término da explanação do “gerente” do Propessoas, o presidente da DS/Santos, Wellington Clemente Feijó, inquiriu por que a minuta da LOF elaborada pela Administração não contempla o estatuto da lista tríplice para o provimento a cargos de direção, como secretário da RFB, entre outros, já que é a forma mais democrática e objetiva para este fim adotada por diversas instituições. Marcos Mello respondeu que, embora concorde com a tese da lista tríplice, deixou o tema para a apreciação da nova secretária, mas disse acreditar ser difícil trabalhar esta possibilidade na Casa Civil. “Acho possível trabalhar esta hipótese no Congresso Nacional”, indicou.

Diferentemente dos servidores administrativos, à autoridade compete o poder de decisão. Por exemplo, os Auditores-Fiscais, que são autoridades tributárias, na área dos tributos internos, não deveriam se submeter a um mandado para exercer suas funções de Estado, como ocorre com o MPF, mas sim possuir autonomia funcional para decidir sobre a fiscalização, o que não significa desprezar um planejamento de fiscalização nacional”, explicou o diretor de Assuntos Jurídicos da DEN, Wagner Vaz, acrescentando ainda: “Do mesmo modo, na área aduaneira, deveria caber ao Auditor-Fiscal, que é a autoridade aduaneira, a parametrização, isto é, a seleção dos despachos aduaneiros que sofrerão a fiscalização, o que também não quer dizer desprezar um planejamento nacional de fiscalização aduaneira”, concluiu.

O deputado federal João Eduardo Dado, colega do Fisco Estadual de SP, abriu sua palestra lembrando que os Fiscais são essenciais para a existência do Estado. “Às vezes, não conseguimos entender a nossa importância. Com o lançamento de ofício, no momento deste ato, somente nós, fiscais, podemos fazer o ‘Poder Econômico’ pagar milhões em tributos. Nem a Justiça, nem o Ministério Público o conseguem, somos a única Autoridade de Estado capaz disso. Com uma assinatura nossa, realizamos a função mais importante do



Estado”, definiu. Diante disto, o deputado defendeu a importância de os Auditores terem uma LOF que garanta autonomia e independência funcional.

Em sua análise, Dado diz acreditar que os fiscais continuam sendo “a bola da vez”, com o “poder econômico constringendo-os para fustigar a classe”. Com sua experiência parlamentar, citou várias situações dentro do Parlamento em que isto ficou bem evidenciado, como na atual reforma tributária pretendida: “estão querendo criar novos impostos sem jurisprudência para fragilizar ainda mais o Fisco. Imposto bom é imposto velho que já tem jurisprudência pacificada. Aí, vão entrar com processos cuja solução levará até uns 20 anos. Além disso, o texto da reforma esqueceu de abordar a questão de quem vai arrecadar. Por isso, apresentei as emendas nº 245 e 293 à Proposta de Emenda à Constituição nº 233 (da Reforma Tributária) prevendo uma Lei Orgânica para os Fiscais, no âmbito das três esferas de poder”, explicou.

No evento, acompanhado ainda pelos colegas de Santos, Solange Archer, Reinaldo Puglia e Ivan Vasco, o deputado fez um apelo aos mais de 150 presentes: “Precisamos jogar o jogo político porque o patrão é político. Hoje este jogo não tem sido ganho. Representante do Fisco chegar lá não é fácil. Se tivéssemos dez fiscais deputados federais situação estaria bem diferente. Todo ‘poder econômico’ se preocupa conosco. Vejam, não estou pedindo votos, nem financiamento para mim, mas peço ajuda, quero que vocês elejam representantes do Fisco. Há estados em que são necessários 10, 20 mil votos, para fazer um deputado federal. Sei que vocês do Unafisco estão debatendo esta questão da representação parlamentar. É isto mesmo: programem-se, planejem-se. É uma questão de decisão. Para conseguirmos concretizar a LOF que almejamos precisaremos de votos e de força política”, defendeu.

Medida Provisória da Campanha Salarial é publicada

Unafisco Sindical vai buscar melhorar itens descumpridos no acordo no campo político

Com a edição no dia 28 de agosto da Medida Provisória 440, encerra-se a Campanha Salarial 2008 de nossa Classe. A Medida contempla históricas reivindicações da Classe dos Auditores-Fiscais da Receita Federal e é fruto direto da união e força dos Auditores, que negociaram ao longo de 10 meses e realizaram uma das mais fortes greves da história da categoria.

A MP estabelece que a remuneração será sob a forma de subsídio, como ocorre com outras carreiras típicas de Estado, conferindo um reajuste que nos aproxima do teto do Executivo, escalonado em jul/08, jul/09 e jul/10. As mudanças constarão do contracheque de setembro e serão retroativas ao mês de julho/08.

Nem todos os pontos acordados foram cumpridos pelo Governo, mas a Classe obteve muito, graças à união, brio, mobilização, determinação, visão estratégica e habilidade em negociar demonstrados ao longo de toda a Campanha Salarial por todos, Auditores oriundos da SRF e provenientes da Receita Previdenciária. Conquistamos neste processo:

- resgate da paridade entre ativos, aposentados e pensionistas - uma conquista que nem mesmo o Poder Judiciário estava garantindo;
- remuneração sob a forma de subsídio, a exemplo do tratamento que é dispensado a outras autoridades de Estado;
- patamar remuneratório similar aos de outras autoridades de Estado;
- fim da remuneração atrelada a avaliações. Está afastada a subjetividade incompatível com a autoridade do cargo;

Festa Italiana A festa da União e da solidariedade

Mais de 260 pessoas, entre Auditores-Fiscais e convidados, participaram no dia 15 de agosto da Festa Italiana benemérita promovida pela DS/Santos e associação Unafisco de Santos para celebrar a união da Classe dos Auditores de Santos demonstrada ao longo de toda a Campanha Salarial, enquanto era comemorado também um ano de gestão das diretorias das entidades.

Na figura da diretora de Administração da DS/Santos, Maria Antonieta F. Rodrigues, que é também presidente da Associação Unafisco de Santos, o presidente da DS/Santos, Wellington Clemente Feijó, agradeceu a toda a diretoria pela colaboração oferecida à Classe neste um ano de trabalho, propondo em seguida que todos brindassem à união dos Auditores-Fiscais, o maior patrimônio da categoria.

Ao som de muita música, deliciosos coquetéis, vinhos e pratos quentes, a festa varou a madrugada, deixando não só a marca da confraternização como também a da solidariedade. Diversos convidados depositaram nas urnas doações para que a DS e Associação Unafisco de Santos, representando o conjunto dos Auditores-Fiscais de Santos, prossigam em ações de cunho social que, além de ajudar a transformar a realidade de muita gente, vêm contribuindo para posicionar a imagem da Classe perante a sociedade.

A DS e a Associação parabensam a todos os colegas que participaram do evento e àqueles que contribuíram para o sucesso da Campanha Salarial e da Solidariedade.